



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

1 **ATA DA 417ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO**
2 **MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (Ammvi), REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE MARÇO DE**
3 **DOIS MIL E TREZE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e treze, às nove horas e trinta minutos, realizou-se a
5 quadringentésima décima sétima Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio
6 Vale do Itajaí (Ammvi), nas dependências do auditório Lino Grützmacher, na sede da entidade, em
7 Blumenau/SC, com a presença de prefeitos, vice-prefeitos, técnicos da Ammvi e demais convidados,
8 conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente da Ammvi e prefeito de
9 Timbó, senhor Laércio Demerval Schuster Junior, agradeceu a presença de todos e, constatando quórum
10 estatutário, deu início aos trabalhos, convidando os prefeitos membros da Diretoria Executiva da Ammvi
11 para compor a mesa de trabalho. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim
12 composta: 1 - Discussão e votação da ata da assembleia anterior; 2 - Situação do Hospital Santo Antônio
13 de Blumenau; 3 - Presídio/penitenciária regional; 4 - Movimento econômico; 5 - Badesc; 6 – Aprovação
14 de Resoluções da Ammvi; 7 - Assuntos gerais. Em seguida o presidente apresentou o item um,
15 confirmando-se o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos e, não havendo manifestação, foi
16 encaminhada para votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Após, o presidente passou para o
17 segundo item em pauta - situação financeira do Hospital Santo Antônio (HSA) de Blumenau – que foi
18 abordada pela secretária municipal de Saúde de Doutor Pedrinho e coordenadora do Colegiado de Gestão
19 Regional de Secretários Municipais de Saúde da Ammvi, senhora Karim Denise Viviani Stainsack, e
20 também pela secretária municipal de Saúde de Blumenau, senhora Maria Regina de Souza Soar. Na
21 ocasião, as secretárias falaram do ofício enviado pelo gerente geral e pelo presidente da Diretoria
22 Executiva do HSA, datado de vinte e cinco de fevereiro deste ano, em que se pontuam atitudes a serem
23 tomadas pela instituição a fim de evitar o fechamento do hospital por insolvência financeira, em função
24 dos recorrentes déficits sem perspectivas de reposição e falta de diálogo com o governo estadual. O
25 documento aponta quatro ações emergenciais: i) desativação no prazo de trinta dias de todos os leitos da
26 ala de psiquiatria e suspensão imediata das novas internações, exceto por ordem judicial; ii) desativação
27 dos leitos da UTI pediátrica em 50%; iii) redução dos leitos da Clínica Médica, compactando as alas
28 dessa clínica com as de cirurgia, gerando represamento de pacientes no Pronto Socorro; iv) cancelamento
29 do agendamento de cirurgias eletivas em todas as especialidades em que o hospital não é referência e
30 redução ao mínimo contratual exigido. Tais medidas anunciadas pelo HSA poderão ainda ser ampliadas
31 diante da passividade de resoluções. A secretária de Blumenau explicou ainda que, em uma tentativa de
32 acalmar as reivindicações e dar um aporte financeiro aos hospitais do estado, o secretário de Estado de
33 Saúde, Dalmo de Oliveira, no ano passado apresentou uma proposta de incentivo hospitalar, porém, os
34 valores eram muito aquém do necessário para dar um fôlego às entidades e, por isso, não foi aceita pelo
35 Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina (Cosems). Segundo a senhora Maria
36 Regina, na proposta o Estado contribuiria com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil) para pronto
37 atendimento, o que é insignificante diante das necessidades dos elevados custos operacionais e crescente
38 demanda. Além disso, a secretária frisou que há longa data não se tem reajuste nos valores das
39 internações custeadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pois para o Ministério da Saúde o Estado não
40 atingiu o teto porque a maioria dos hospitais do estado não consegue atingir o teto de internações pelo
41 sistema de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) e não existe câmara de compensação para os
42 hospitais que extrapolam o teto. A realidade é que em Santa Catarina não se atinge o teto, não criando
43 uma série histórica para ser demonstrada ao Ministério da Saúde. O mesmo acontece nos municípios da



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

44 região que usam muito os serviços do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí
45 (Cisamvi), investindo montante expressivo de recursos financeiros próprios no Consórcio e que estes
46 procedimentos não estão entrando na série histórica dos municípios, porque a produção do Consórcio não
47 é apresentada para a Secretaria de Estado, tampouco ao Ministério, para adaptar o teto à realidade, ou
48 seja, aumenta o Teto MAC, que é o limite máximo de recursos transferidos pela União aos Estados e aos
49 Municípios para ações referentes aos procedimentos de saúde de média e alta complexidade. Fazendo uso
50 da palavra, o primeiro vice-presidente da Ammvi e prefeito de Brusque, senhor Paulo Roberto Eccel,
51 propôs que seja feita uma reivindicação conjunta para os demais hospitais da região, pois outras entidades
52 também enfrentam problemas financeiros e fazem atendimentos a toda a região. Segundo ele, é necessário
53 fortalecer a região e dar suporte aos demais hospitais que também enfrentam dificuldades como, por
54 exemplo, as instituições hospitalares de Brusque, Gaspar, Pomerode e Timbó, uma vez que estas também
55 são referência e arcam com o ônus dessa situação. Em função desse cenário, o prefeito Eccel sugeriu para
56 incluir na reivindicação os demais hospitais da região que também são fundamentais para os municípios.
57 Além disso, o senhor Eccel sugeriu que a Ammvi faça uma capacitação aos prefeitos sobre os serviços,
58 peculiaridades e siglas do SUS, a fim de facilitar o entendimento e domínio da nomenclatura. O secretário
59 de Saúde de Indaial, senhor Enilson de Freitas, alertou ainda aos prefeitos sobre um decreto do governo
60 federal que estabelece sessenta dias para que um paciente com quadro de oncologia inicie o tratamento
61 pelo SUS, fato este que acarretará em processos judiciais em função da falta de leitos e exames para
62 pacientes desse quadro clínico, pois a demanda existente supera o número de vagas, como também os
63 tratamentos e os medicamentos são extremamente onerosos. Retomando a palavra, o presidente da
64 Ammvi falou da dificuldade de custeio também enfrentada pelo Hospital Oase, em Timbó, o qual foi
65 resolvido pelo aporte de recursos dos municípios vizinhos que participam mensalmente do custeio da
66 instituição. O prefeito reconhece que esta não é a melhor solução, mas foi a encontrada no momento. O
67 presidente da Ammvi disse ainda que é necessária a união dos prefeitos em torno da causa para cobrar
68 ações efetivas do Estado e da União, e frisou ainda que os prefeitos conjuntamente devem trabalhar para
69 apoiar não só o Hospital Santo Antônio como também aos demais da região. Como deliberação, os
70 prefeitos citaram o envio de um ofício ao governador do Estado, senhor João Raimundo Colombo, com
71 cópia para os deputados estaduais e federais da região, relatando a situação do HSA e solicitando aporte
72 de recursos mensais na ordem de R\$ 600.00,00 (seiscentos mil) à instituição, citando também a carência
73 dos demais hospitais, pois reconhece a importância dos hospitais de Blumenau, mas considera que não se
74 pode esquecer os municípios que possuem hospitais de menor porte que também contribuem com as
75 demais cidades. Para concluir, a secretária Maria Regina falou da campanha de vacinação contra a gripe
76 neste ano, pedindo que os prefeitos se atentem às normativas do Ministério da Saúde para evitar
77 problemas, pois deve ficar claro para a população de que a campanha é nacional regida pelas regras e
78 normativas do Ministério e não são os gestores públicos municipais quem decide qual a faixa da
79 população deverá vacinada, pois existe um grupo técnico no Ministério da Saúde que estuda e identifica
80 os grupos de risco, além de que as doses só poderão ser vendidas em clínicas que têm sala de vacina
81 credenciada com vacinador, para evitar eventuais problemas de armazenamento, transporte e aplicação.
82 Dando continuidade, passou-se para a discussão sobre a instalação de um complexo penitenciário na
83 região, assunto apresentado pelo diretor do Departamento de Administração Prisional (Deap), senhor
84 Leandro Antônio Soares Lima e pelo secretário adjunto da Justiça e Cidadania, Sady Beck Junior. Este,
85 após agradecer a oportunidade e parabenizar a Ammvi pela iniciativa, pediu apoio dos prefeitos para
86 colaborar com a intenção do Estado em diminuir o déficit prisional e se unir ao governo para o



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

87 estabelecimento de ações que venham contribuir com essa situação. Ressaltou ainda a necessidade de se
88 desmistificar a imagem que se tem sobre presídio e compreender que unidades modernas são possíveis e
89 contribuem para a segurança pública da população. Após, o senhor Leandro agradeceu a oportunidade e
90 salientou que a agenda dos prefeitos com o governador, a visita ao Complexo Prisional do Vale do Itajaí e
91 a assembleia são passos importantes para a construção de uma nova proposta atendendo às peculiaridades
92 da região. Na ocasião, o diretor apresentou algumas propostas baseadas em dados reais sobre o que está
93 acontecendo no sistema prisional catarinense. Conforme explanação, atualmente o sistema prisional conta
94 com aproximadamente dezessete mil presos em todos os regimes, dez mil e quatrocentos e trinta e uma
95 vagas e um déficit de seis mil e novecentos e quarenta e três vagas, considerando aqui as vagas do
96 regime aberto, pois em algumas localidades o juiz determina que o preso vá dormir na unidade, mas a
97 tendência é isso acabar. Dos dezessete mil presos, dois mil estão em regime aberto sem recolhimento e
98 seis mil estão trabalhando, havendo ainda cento e oitenta e dois convênios firmados com empresas
99 privadas que funcionam dentro das unidades prisionais - a meta até o ano de dois mil e quatorze é ter dez
100 mil presos trabalhando - um mil e quinhentos presos estudando com matrículas junto ao sistema formal de
101 ensino. Salientou que Santa Catarina é o primeiro estado do país em oferta de trabalho a presos, servido
102 de modelo aos demais estados. O diretor falou ainda da saída temporária de natal e ano novo, sentenciada
103 pela autoridade judicial, que é o período que mais concentra saídas de presos em todo o país. No ano
104 passado, foram colocados um mil e cento e oitenta e cinco mil presos, dos quais cinquenta e um não
105 retornaram, o que significa uma taxa de 4,3%, resultando na menor taxa de evasão do Brasil. O estado
106 mais próximo tem 12% de taxa de evasão. Sobre a redução de fugas, o senhor Leandro falou que foram
107 adotados procedimentos operacionais e estruturais que resultou em uma redução de 270% de dois mil e
108 onze para dois mil e doze, ou seja, em dois mil e onze o Estado teve quinhentos e vinte e cinco fugas e em
109 dois mil e doze apresentou cento e noventa e quatro fugas, o que ele considera ainda um número elevado.
110 Comparando o mesmo período de dois mil e doze e dois mil e treze, já houve uma redução de 73% de
111 fugas. Continuando a apresentação, o diretor disse que foram construídas duas mil e oitenta e cinco novas
112 vagas no prazo de dois anos, sendo que a meta é de zerar o déficit de vagas com os recursos do Pacto por
113 Santa Catarina e serão geradas seis mil e quatrocentos e trinta e seis novas vagas. O diretor do Deap
114 explicou ainda aos prefeitos o porquê do estado estar vivendo um decreto de emergência, pois houve um
115 aumento de 37% de ingressos no sistema prisional no primeiro bimestre de dois mil e treze comparado ao
116 mesmo período do ano anterior, ficando acima da média de 13% os últimos dois anos. O Estado está
117 abrindo novas vagas na Penitenciária Industrial de Joinville (100), no Complexo Penitenciário do Vale do
118 Itajaí (320) e na Penitenciária Sul (200). Há ainda projetos em andamento, em que se têm desenhos e
119 propostas de construção e recursos garantidos para a nova central de triagem de presos da Grande
120 Florianópolis e o novo complexo de Blumenau. Na visão do senhor Leandro, o sistema prisional vem
121 funcionando a contento, sendo quarenta e nove unidades prisionais em todo o estado, todas com
122 convênios funcionando e presos trabalhando, com redução de número de fugas e amotinamentos.
123 Segundo ele, a dificuldade atualmente está concentrada em três grandes regiões: Joinville, Grande
124 Florianópolis e Blumenau, neste a situação é mais grave, tanto pela arquitetura prisional, quanto pela
125 segurança dos agentes, da comunidade do entorno e dignidade dos presos. Conforme o diretor, o
126 programa Pacto por Santa Catarina do governo estadual prevê R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões) para a
127 construção de uma penitenciária e uma ala de semiaberto. Além disso, há recursos do Orçamento do
128 Estado prevendo a construção de um novo presídio, cuja ideia é adotar o conceito de complexos,
129 favorecendo a integração de recursos para escolta, atendimento de saúde e demais serviços, que é

130 importante para a otimização de recursos públicos e também da segurança. A proposta do Deap é que se
131 tenha em Blumenau uma matriz penitenciária nova, pressupondo que, para cada vaga, sejam
132 disponibilizados três espaços: vivência, trabalho e educação, sendo este um espaço multiuso para
133 atividades escolares formais e para capacitações voltadas para a reabilitação econômica e reinserção
134 social. Para o senhor Leandro, outro grande problema do sistema prisional é a reincidência, que só perde a
135 intensidade quando se aumenta a quantidade de presos trabalhando. Em seguida, foi aberto espaço para
136 questionamentos, ocasião em que o presidente da Ammvi perguntou qual o modelo que o governo
137 estadual pretende instalar na região do Médio Vale, ao que o diretor respondeu que se pretende construir
138 uma penitenciária, pois esta é a necessidade imediata porque o problema não é a falta de vagas no
139 presídio e sim realocar os presos condenados dos presídios para as penitenciárias, o que vai desafogar o
140 atual presídio de Blumenau. A ideia é manter o modelo de construção de um complexo penitenciário,
141 onde se tem o presídio, a penitenciária e o regime semiaberto em um único espaço, facilitando os serviços
142 e otimizando os recursos, tanto para segurança quanto para organização. Segundo ele, tendo o terreno,
143 primeiramente será construída a penitenciária e, logo em seguida, o presídio; de antemão, os recursos para
144 penitenciária e regime semiaberto já estão assegurados no Pacto por Santa Catarina. Para o senhor
145 Leandro, o complexo resolve todo o problema da região. Tomando a palavra, o prefeito de Brusque
146 relatou sobre a visita dos prefeitos ao Complexo Penitenciário do Vale do Itajaí que, sob sua visão, foi
147 surpreendente, pois o que foi conhecido desmistifica a visão degradante que se tem de penitenciária,
148 mostrando uma estrutura de bom nível e serviços eficazes. Sob a perspectiva do primeiro tesoureiro da
149 Ammvi e prefeito de Indaial, senhor Sérgio Almir dos Santos, o tratamento igualitário recorrente no
150 complexo de Itajaí traz bons resultados, o que é importante para a ressocialização. O prefeito observa
151 ainda que o grande problema para a construção das unidades prisionais é a rejeição dos munícipes e a
152 comunidade do entorno e sugeriu que a instalação de uma obra deste porte deva ser em local que tenha
153 poucas moradias no entorno. Concluindo este assunto, os prefeitos decidiram que será constituída uma
154 comissão de acompanhamento do processo de implantação da penitenciária da região e do diálogo com o
155 governo estadual, a qual será composta por profissionais designados pelo Deap e os prefeitos de
156 Blumenau, Napoleão Bernardes Neto; Brusque, Paulo Roberto Eccel; Gaspar, Pedro Celso Zuchi; Indaial,
157 Sérgio Almir dos Santos; liderada pelo presidente da Ammvi e prefeito de Timbó, Laércio Demerval
158 Schuster Junior. Para o presidente da Ammvi, a ideia é colaborar com a decisão e conhecer o parecer do
159 Deap sobre as áreas que possivelmente foram mapeadas para comportar a estrutura, além de formalizar o
160 pacote de compensações que virão junto com a obra para o município-sede. O diretor de Deap sugeriu
161 acelerar as conversações para aproveitar o decreto de emergência de cento e oitenta dias que encurta
162 prazos e dá celeridade ao processo. Fazendo uso da palavra, o secretário de Desenvolvimento Regional de
163 Blumenau, senhor Lúcio César Dib Botelho, pediu o apoio dos prefeitos para localizar o imóvel adequado
164 que comporte a estrutura necessária de acordo com as exigências técnicas. Segundo ele, os Municípios
165 neste momento têm papel muito importante no sentido de apresentar sugestões para trazer técnicos do
166 Deap para avaliar as respectivas áreas, como também é relevante que a sociedade civil seja esclarecida do
167 assunto e possa participar. Dando prosseguimento à reunião, passou-se para quarto assunto em pauta –
168 movimento econômico – explanado pelo economista da Ammvi, senhor Célio Francisco Simão. Em sua
169 fala, ele destacou o retorno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o
170 próximo ano, em que os prefeitos receberam os valores compostos e índices previstos para acontecer e
171 que serão aplicados sobre a arrecadação desse imposto em dois mil e quatorze. Segundo ele, alguns
172 municípios apresentarão queda em virtude de certas mudanças e porque houve diminuição no faturamento



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

173 das indústrias, além de ser proporcional em virtude de alguns municípios do estado cresceram mais do
174 que os municípios do Médio Vale, o que tem tirado muitos municípios do crescimento histórico. Um
175 exemplo disso é o crescimento de alguns municípios em virtude da instalação de hidroelétricas e
176 instalação de empresas. Conforme documento apresentado pelo economista, os municípios de Apiúna,
177 Botuverá, Gaspar, Indaial, Pomerode, Rodeio devem ter crescimento positivo, porém, o senhor Célio
178 alerta que este contexto pode mudar significativamente, tanto para os municípios com índices positivos
179 quanto para os negativos, preconizando que o cenário de dois mil e treze não será bom em termos de
180 arrecadação de ICMS, que está abaixo do esperado, alertando aos prefeitos para se atentarem quanto ao
181 orçamento. Em seguida, passou-se para o sexto assunto em pauta que foi apresentado pelo diretor
182 presidente da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina, senhor João Paulo Karam Kleinübing,
183 que explanou sobre o programa Badesc Cidades Juro Zero, lançado pelo governador João Raimundo
184 Colombo no XI Congresso Catarinense de Municípios, em Florianópolis. O objetivo do programa é
185 apoiar a realização de obras de infraestrutura e a melhoria dos serviços de responsabilidade dos
186 municípios catarinenses, priorizando o crescimento econômico e a geração de emprego e renda ao
187 cidadão. Para ele, o objetivo do Badesc não é emprestar dinheiro e sim gerar qualidade de vida e
188 desenvolvimento aonde a viabilização de recursos é um meio para que isso aconteça. De janeiro a agosto
189 do ano passado o Badesc liberou quase R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões) através de cento e trinta e
190 seis operações de crédito, registrando um crescimento de 243,6% na carteira de crédito do setor público.
191 A expectativa para este ano é chegar a R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões) viabilizados
192 para os municípios catarinenses. Neste programa o Estado custeia o pagamento de juros, sendo doze
193 meses de carência e trinta e seis meses de amortização e limite de crédito das operações de R\$ 200.000,00
194 (duzentos mil) a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões). A meta do Badesc é, a partir do momento de entrada
195 da documentação, liberar o contrato em sessenta dias, o que é considerado ágil frente a burocracia
196 existente. Com o recurso contratado, os municípios podem executar: obras no sistema viário
197 (pavimentação de ruas, pontes, elevados, viadutos, passeio público, terminais rodoviários, passarelas e
198 ciclovias); aquisição de máquinas e equipamentos; empreendimentos comunitários (construção de
199 escolas, postos de saúde, postos policiais, ginásio de esportes, centros de lazer esportivo e cultural);
200 saneamento e saúde (obras de saneamento básico, estações de captação e tratamento de água e esgoto,
201 controle do meio ambiente, aterros sanitários, aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos).
202 Para aderir ao programa é necessário fazer um termo de adesão, cujo modelo está publicado no site
203 badesc.gov.br, encaminhar o documento para o Badesc, aprovar a lei autorizativa na Câmara Municipal
204 de Vereadores, montar o processo para o Tesouro Nacional, o qual leva em torno de quarenta dias para
205 aprovação, e concomitantemente o Badesc fará a análise dos projetos de engenharia quando necessário. O
206 diretor presidente falou ainda de outros programas operados pela Agência, tais como: Microcrédito,
207 voltado para microempreendedores e operado por 19 OSCIPs em todo território catarinense; repasse de
208 recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), voltado ao setor privado, com taxas de juros
209 de 3% ao ano fixo e com várias linhas de enquadramento; Badesc Fácil.com.br, com financiamentos até
210 R\$ 100.000,00 (cem mil), voltado ao setor privado, acesso via internet e agilidade na concessão de
211 crédito. Dando continuidade, passou-se para a apresentação e aprovação das resoluções da Ammvi.
212 Primeiramente, foi apresentada a Resolução nº 04/2013 que designa a empregada Michele Prada,
213 assessora de comunicação, para exercício de função gratificada em 30% sobre salário, considerando a
214 necessidade de coordenação das atividades administrativas da Secretaria Geral em face de redução do
215 quadro de pessoal e disponibilidade técnica da empregada. A resolução foi apresentada e referendada pela



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

216 Assembleia de prefeitos. Após, foi apresentada e aprovada por unanimidade a Resolução nº 05/2013 que
217 cria o grupo especial de trabalho para revisão dos Planos Diretores de Desenvolvimento Sustentável de
218 alguns municípios associados face leis federais que regem a matéria. Este grupo de trabalho atuará em
219 cooperação com os empregados do quadro de pessoal permanente da Ammvi e dos órgãos técnicos e
220 operacionais dos municípios, sendo criada três vagas temporárias de estágios de graduação em carga
221 horária de quatro horas diárias e vinte horas semanais; uma vaga de consultor técnico com carga de dez
222 horas semanais e salário mensal de R\$ 4.068,00 (quatro mil e sessenta e oito); e três vagas de arquiteto e
223 urbanista com carga de trinta horas semanais e salário mensal de R\$ 4.068,00 (quatro mil e sessenta e
224 oito). O emprego de consultor técnico será considerado de livre nomeação e exoneração, regidos pelo
225 critério de confiança e obrigado ao regime de dedicação integral ao serviço, donde seu titular poderá ser
226 convocado a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional. Já a
227 contratação para os empregos de arquiteto e urbanista será pelo prazo inicial de sete meses, precedida de
228 processo seletivo de títulos ou de provas e títulos, aplicadas as disposições estabelecidas em artigos da
229 Constituição Federal, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e Regulamento de Pessoal da Ammvi.
230 Passando para a conclusão da assembleia, seguiu-se para assuntos gerais, momento em que o secretário
231 executivo da Ammvi, senhor José Rafael Corrêa, fez a leitura de um ofício enviado pelo prefeito de
232 Blumenau, senhor Napoleão Bernardes, solicitando apoio da Ammvi e articulação junto aos deputados
233 estaduais e federais referente as novas normas do Código Florestal Brasileiro, que trata das áreas de
234 preservação permanente e das áreas não edificáveis e aterráveis da cidade, que determina a distância
235 mínima de margem de acordo com a largura de cada rio, nascente ou ribeirão. A preocupação do prefeito
236 está em encontrar a melhor forma de contemplar as peculiaridades da geografia do município - que possui
237 grande quantidade de rios, riachos, nascentes e ribeirões - garantindo o desenvolvimento urbano e
238 cumprindo as determinações previstas na lei, além de que, segundo ele, o Código Florestal não permite ao
239 município legislar sobre o assunto, o que engessa o desenvolvimento da cidade. Outro informe diz
240 respeito à revisão e elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável que será feito pela
241 Ammvi para alguns municípios, os quais assinaram termo de convênio e no dia primeiro de abril
242 começam os trabalhos. O senhor José Rafael pediu apoio dos prefeitos para dispor de equipe que
243 acompanhe o processo e repasse as informações solicitadas para a condução dos trabalhos e movimentar
244 as audiências públicas. Dando prosseguimento, o secretário executivo abordou sobre resíduos sólidos
245 urbanos, explicando que foi criada uma comissão para trabalhar com as metas e cumprir o cronograma e,
246 por isso, esta comissão conta com o apoio dos prefeitos para articular pessoal na coleta de informações,
247 pois um dos objetivos deste trabalho é avaliar o custo dos resíduos sólidos na região, desde a coleta até a
248 destinação final. A comissão é formada pelo presidente da Ammvi e prefeito de Timbó; Laércio
249 Demerval Schuster Junior; pela assessora de Saneamento da Ammvi, Fabiana de Carvalho Rosa; pelo
250 secretário executivo da Ammvi, José Rafael Corrêa; pelo diretor executivo do Consórcio Intermunicipal
251 do Médio Vale do Itajaí (Cimvi), Valter Conrado de Araújo; pelo presidente do Cimvi e prefeito de
252 Doutor Pedrinho, Hartwig Persuhn. Outro assunto pautado na reunião foi o pleito da Ammvi pela oferta
253 de ensino superior público e gratuito na região, que foi uma reivindicação entregue à presidenta Dilmir
254 Rousseff na passagem por Blumenau em dois mil e onze, a qual assumiu o compromisso. Segundo o
255 secretário executivo, a Ammvi à época colocou que esta oferta poderia ser através da Universidade
256 Regional de Blumenau (Furb), mas foi deixou claro que o pleito principal era pela oferta de ensino
257 superior gratuito. Para acompanhar as negociações e auxiliar no processo, a Ammvi tentou algumas
258 agendas com a reitora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) neste ano, porém até o



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

259 momento não houve retorno e sensibilização. A previsão é que uma reunião aconteça no dia vinte e sete
260 de março, no gabinete da reitora, em Florianópolis, mas ainda precisa de confirmação. De antemão, o
261 presidente da Ammvi está articulando junto a deputados para sensibilizar a reitora para atender aos
262 prefeitos da Diretoria Executiva da Ammvi. Nada mais havendo a tratar, o presidente da Ammvi
263 agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da assembleia, da qual se lavrou a
264 presente ata.

Laércio Demerval Schuster Junior
Presidente

José Rafael Corrêa
Secretário Executivo

265